

Diplomacia, Defesa e Segurança Nacional na nova era de incertezas e extremos do século XXI

Alessandro Candéas*

Os conflitos mundiais nos últimos anos ameaçam conquistas da comunidade internacional da segunda metade do século XX nas áreas de segurança coletiva, direito internacional e humanitário e governança global. A ordem mundial herdada do pós-Segunda Guerra e do pós-Guerra Fria tende a ser superada. Uma nova ordem surge no século XXI, mais caótica e fragmentada, na qual os valores de multilateralismo, democracia liberal, direitos humanos, interdependência, cooperação, autodeterminação, soberania, estabilidade territorial e consciência ambiental cedem lugar ao unilateralismo, ao realismo-brutalismo da política de poder, ao autoritarismo, ao extremismo étnico-religioso-nacionalista, à subversão de fronteiras e direitos, à competição sem regras e ao negacionismo ambiental. Tudo isso impulsionado por revisionismos e avanços tecnológicos desestabilizadores que empoderam agentes disruptivos.

Tentam-se redesenhar mapas e fronteiras na Europa, no Oriente Médio, na Ásia e no Hemisfério Americano: Ucrânia, Gaza e Cisjordânia, Síria, Mar da China, Golfo do México, Groenlândia, Guiana, entre outros. Surge uma geotecnopolítica determinada pelos avanços da inteligência artificial e dos campos eletromagnético e cibernético. O espaço exterior é palco de corridas armamentistas. Surgem instrumentos letais de destruição em massa não convencional como mísseis hipersônicos; proliferam-se guerras híbridas e conflitos assimétricos. Tudo isso também contra o pano de fundo das ameaças à credibilidade e à eficiência de instituições de governança global, da ordem internacional baseada em normas e da arquitetura de segurança coletiva, sobretudo a ONU.

Qual o papel da diplomacia e da defesa nessa nova era de incertezas e de extremos, tomando as expressões de John Kenneth Galbraith (1998) e Eric Hobsbawn (2006)? Tal como as certezas do século XIX foram confrontadas pelas crises do século XX, como demonstraram esses autores, várias “certezas” geoestratégicas, diplomáticas e jurídico-institucionais do século XX estão sendo destruídas pelas incertezas introduzidas pelos retrocessos políticos, extremismos, avanços tecnológicos e catástrofes ambientais do século XXI.

* Embaixador. Atualmente Cônsul do Brasil em Lisboa. Foi embaixador na Palestina e chefe de gabinete do Ministério da Defesa e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência. Doutor em socioeconomia do desenvolvimento pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris.

Mais do que nunca, defesa e diplomacia devem andar juntas para reverter essas tendências desagregadoras, restabelecendo um clima de confiança e estabilidade estratégica com base no império da lei e na governança global, modernizando a herança positiva e as lições recebidas do século XX, conquistadas ao preço de tragédias humanas, e reconstruindo um mundo menos instável, incerto, violento e inseguro.

A dialética defesa-diplomacia e o novo armamentismo

É frequente a referência à alusão feita pelo Chanceler Rio Branco ao apoio de canhoneiras para dar credibilidade à ação diplomática. De fato, como sublinha Huntington (1985), os produtos da diplomacia – tratados, acordos – somente têm sentido na medida em que refletem realidades de poder, e a diplomacia pode pouco se não estiver respaldada pela força.

Se, por um lado, a diplomacia se fortalece com o poder militar, por outro, ela orienta a defesa e a segurança nos planos estratégico e doutrinário à luz da definição dos interesses nacionais e da configuração mundial de poder e da ordem internacional. Além do estratégico, a diplomacia também contribui no plano operacional, visto que abre oportunidades de cooperação internacional para a modernização das Forças Armadas.

Como inteligência política, a diplomacia determina parâmetros para a defesa: define interesses estratégicos e ameaças à soberania, forma alianças e estabelece marcos institucionais e jurídicos para o uso legítimo da força. Primeiro, evitando a beligerância e construindo confiança e segurança coletiva; entretanto, caso as hostilidades militares não puderem ser evitadas, cabe à diplomacia regulamentar os conflitos armados pelo direito internacional e humanitário e negociar os termos de cessar-fogo e de paz.

O mundo enfrenta nova corrida armamentista, como reflexo do ambiente de guerras na Ucrânia, no Oriente Médio e em outros teatros, competição estratégica e redução da eficácia das instituições multilaterais. Segundo o SIPRI (2024), os gastos militares em 2023 atingiram o ápice histórico de USD 2,443 trilhões (equivalente a 2,3% do PIB mundial), com um incremento de 6,8% em relação a 2022 e mantendo tendência crescente desde 2015.

Os cinco maiores orçamentos militares em 2023 foram, nessa ordem, os de Estados Unidos, China, Rússia, Índia e Arábia Saudita. EUA (USD 916 bilhões – 37,4% do gasto mundial) e China (USD 296 bilhões – 12%) respondem por metade das despesas militares mundiais. Completam a lista dos 10 maiores orçamentos militares Reino Unido, Alemanha, Ucrânia, França e Japão. Os membros da OTAN aumentaram consideravelmente suas despesas no contexto da guerra da Ucrânia. No Oriente Médio, os gastos cresceram 9% em 2023,

alcançando USD 200 bilhões, com destaque para Arábia Saudita e Israel. O SIPRI sublinha, ainda, pesados investimentos voltados para novas tecnologias e a modernização do setor nuclear.

Nesse ambiente de crescente tensão global, merece destaque a estabilidade da América Latina – resultante do entorno estratégico de paz e cooperação impulsionado pelo Brasil, como se verá abaixo –, que se reflete na dimensão menor de seus gastos em comparação a outros continentes. Dados do SIPRI 2023 mostram que a América Latina é uma das regiões de menor despesa militar do mundo: USD 50,7 bilhões, menos que a África e a parte Sul da Ásia. Por outro lado, os gastos militares cresceram no México, que superou a Colômbia nesse quesito, no contexto da guerra contra ilícitos transnacionais.

No Brasil, em 2024, o orçamento da Defesa alcançou R\$ 128 bilhões (USD 21,5 bilhões). Desse montante, 78% são destinados a gastos de pessoal, e parcela significativa serve despesas correntes, não aquisições e investimentos em poderio militar. O orçamento do Brasil figurava em 18º lugar no mundo em 2023, comparado a México (24º), Colômbia (25º) e Chile (40º).

O *ranking* de força militar global 2025 apresentado pelo *Global Firepower* com base em uma multiplicidade de fatores (poder militar, orçamento, logística, geografia), situa o Brasil em 11º lugar. Os dez primeiros são Estados Unidos, Rússia, China, Índia, Coreia do Sul, Reino Unido, França, Japão, Turquia e Itália. O Brasil foi ultrapassado por estes dois últimos, e permanece à frente de países como Alemanha (14º), Israel (15º), Irã (16º), Ucrânia (20º), Arábia Saudita (24º), México (32º), Argentina (33º), África do Sul (40º), Colômbia (46º), Venezuela (50º), Chile (47º), Peru (49º), Paraguai (87º) e Uruguai (100º). Argentina e Venezuela melhoraram suas posições nesse *ranking*.

Diplomacia e Defesa no Brasil: construindo a estabilidade estratégica

Diante desse contexto, o Brasil deve aprofundar sua histórica integração entre diplomacia e defesa com vistas a manter o País longe da tendência mundial de incertezas, extremos e novo armamentismo. Desde seu nascimento como nação independente, a estreita articulação entre diplomacia e defesa – políticas de Estado que afirmam a soberania nacional – tornou o País fator de estabilidade estratégica regional e, em alguma medida, global. Há mais de 150 anos em paz com seus vizinhos, o Brasil é agente promotor da paz no Continente e em outros teatros, seja pela mediação, como ator respeitado e de credibilidade, seja pela participação em missões da ONU ou ainda pela contribuição para o marco institucional e

jurídico de solução pacífica das controvérsias, multilateralismo, integração sul-americana, controle de armas e desarmamento nuclear.

Todo país pratica a diplomacia de sua geografia, segundo o cânone realista. Desde a consolidação de suas fronteiras, no início do século XX, obra magistral de Rio Branco, o Brasil se tornou um país “geopoliticamente satisfeito”, na feliz expressão de Oswaldo Aranha. Após a redemocratização, superadas as tensões artificiais entre as ditaduras militares no Brasil e seus vizinhos, a articulação entre diplomacia e defesa arquitetou um eixo de paz e estabilidade nesta parte do mundo: um “entorno estratégico de paz, cooperação e desenvolvimento” constituído por Cone Sul e América do Sul, Atlântico Sul, costa ocidental da África, América Central, Caribe e Antártida.

Se a doutrina euro-atlântica cunhou noções como contenção, cortina de ferro, alianças de assistência recíproca, dissuasão nuclear e outras do gênero, o Brasil inovou com o citado conceito de “entorno de paz” desde 1996, quando foi publicada a Política de Defesa Nacional, e nas suas atualizações (2005, 2008, 2012 – então renomeada como Política Nacional de Defesa –, 2016 e 2020) e detalhamentos (Estratégia Nacional de Defesa – desde 2008 – e Livro Branco de Defesa Nacional). Ademais, estabeleceu cooperação nuclear com a Argentina e fortaleceu a relação de interdependência estrutural na América do Sul por meio de acordos econômico-comerciais (Mercosul) e agendas bilaterais de cooperação militar e de segurança com os países vizinhos.

Esse conjunto é uma construção inédita e um exemplo para outras regiões. Para compreender a importância dessa construção diplomática, basta imaginar os riscos à segurança nacional de um entorno hostil, com fronteiras contestadas e sem instituições de cooperação e integração. A cooperação regional em defesa também tem função dissuasória, reduzindo o incentivo a que atores extrarregionais pratiquem atos hostis e provoquem dissensões e tensões na América do Sul.

O Brasil deve, portanto, renovar a prioridade do sistema sul-americano de defesa e segurança, de forma a manter a região como um dos raros polos de estabilidade no mundo e proteger seu vastíssimo patrimônio natural e industrial.

A diplomacia de defesa do Brasil se assenta sobre sólidas bases bilaterais e multilaterais. Na esfera bilateral, seus objetivos são construir mecanismos de cooperação e atrair investimentos para projetos estratégicos e a modernização operacional das Forças Armadas, em particular a transferência e o acesso a tecnologias sensíveis, equipamentos de ponta e insumos para a indústria de defesa nacional.

De acordo com a corrente “realismo estrutural” de John Mearsheimer (2001), uma potência emergente como o Brasil enfrenta obstáculos para ter acesso a tecnologias, equipamentos e insumos para projetos estratégicos. Não haveria interesse em transferência de tecnologia e acesso àqueles bens por parte de países como os EUA e europeus em programas estratégicos – o que explica obstáculos enfrentados pelos programas nuclear, espacial, de radares e de mísseis, entre outros. A título de exemplo, o governo norte-americano denega a venda ou prestação de serviços a projetos estratégicos com base em razões de “segurança nacional”, na justificativa de que “this technology exceeds the level of capability approved for Brazil”. Diante dessas situações e com vistas a viabilizar programas estratégicos, a diplomacia de defesa tem diversificado parcerias internacionais para transferência de tecnologia, aquisição de bens, serviços, insumos e empreendimentos conjuntos.

A mentalidade de defesa do Brasil é a do nacional-desenvolvimentismo: mais do que a posse de meios modernos, o País deseja autonomia produtiva e tecnológica com base em uma poderosa base industrial de defesa (BID). O Brasil deseja fabricar e exportar material de defesa, gerando *know how* endógeno, emprego e renda – ainda que isso exija muito mais recursos e tempo.

Na esfera multilateral, a Política e a Estratégia de Defesa Nacional convergem integralmente com a diplomacia brasileira: apoio ao multilateralismo, não-intervenção, desarmamento e não-proliferação de armas químicas, biológicas e nucleares, com especial atenção ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) – ressalvado o direito ao uso da tecnologia nuclear para fins pacíficos.

O Brasil tem criticado ações unilaterais à margem da ONU que comprometem o multilateralismo. A prática do veto pelas grandes potências, que contornam o sistema onusiano e empregam “coalizões” *ad hoc* ou no âmbito de alianças como a OTAN, têm comprometido severamente a credibilidade do sistema multilateral, que precisa se modernizar para não se tornar irrelevante.

Agendas da diplomacia de defesa no Brasil

O Brasil é dotado de uma sólida base industrial de defesa (BID), competitiva, assentada sobre tecnologia endógena e com potencial exportador. Sua produção de cerca de USD 75 bilhões é diversificada e de alto padrão para as forças terrestres, navais e aéreas.

Dada sua natureza estratégica, o papel indutor do Estado em pesquisa e desenvolvimento, produção, aquisição, importação de insumos e exportação de produtos finais

é crucial. O alto padrão tecnológico exige uma dinâmica de “tríplice hélice”: governo, iniciativa privada e academia.

Na medida em que a produção e exportação de produtos de defesa se caracteriza pela dependência de apoio estatal e demanda operações *Gov-to-Gov*, a diplomacia de defesa tem papel de relevo. Há mais de cinco décadas o Itamaraty promove a exportação de produtos de defesa, com base na rede de inteligência comercial dos postos diplomáticos e consulares no exterior e seu diálogo com as Forças Armadas, a APEX e as entidades setoriais (ABIMDE, SIMDE, ABDI, COMDEFESA).

O MRE atua ao lado do Ministério ds Defesa (MD) na Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa (PNEI-PRODE). Além disso, o MRE atua nas esferas de financiamentos e garantias. Os contatos políticos de alto nível (fortalecidos em visitas presidenciais e ministeriais organizadas pelo MRE), as adidâncias militares e os setores comerciais das embaixadas e consulados subsidiam informações estratégicas de inteligência comercial.

O MRE também participa, juntamente com o MD, do controle de importação e exportação de produtos de defesa. A Lista de Produtos de Defesa estabelecida pela SEPROD/MD é sujeita a controle político pelo MRE.

As fronteiras (16,8 mil km) são espaços de alta prioridade estratégica. Recentemente, também se tornaram teatros de combate à criminalidade transnacional, em um ambiente de cooperação interagências, dentro e fora do Brasil. É fundamental integrar o SISFRON aos mecanismos de monitoramento, prevenção, perseguição e repressão das Polícias Federais (PF, PRF), estaduais e municipais, além da inteligência e das outras Forças Armadas (aéreo, satelital e marítimo e de rios).

O Itamaraty também participa do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), cujo objetivo é promover a atuação coordenada de órgãos de segurança pública, inteligência, Receita Federal, Forças Armadas e autoridades de municípios fronteiriços e de países vizinhos.

A Amazônia merece atenção igualmente prioritária. Os últimos anos têm intensificado ameaças como roubo de sua riquíssima diversidade biológica, a maior do planeta, por meio de biopirataria; dilapidação criminoso de recursos naturais, com impacto sobre o meio ambiente, mediante invasões, desmatamento, incêndios criminosos, extração ilegal de madeiras, garimpo, poluição, comprometimento dos volumosos recursos hídricos; criminalidade nos rios; e violação dos direitos dos povos indígenas.

Resolver esses desafios internamente, por meio da presença efetiva e da ação preventiva e repressiva do Estado, assim como em cooperação com os países amazônicos, é a melhor estratégia para que tais problemas não se tornem ameaças à defesa e à soberania do Brasil.

O Atlântico Sul é espaço também prioritário, considerando a vertente oceânica de nossa soberania sobre a Amazônia Azul. A “economia azul” é fundamental para o setor produtivo: pelas linhas de comunicação marítima fluem 95% do comércio do país; 85% do petróleo, 75% do gás natural e 45% do pescado; e por seus cabos submarinos transitam nossas comunicações via internet.

A Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental estendida (resultante de trabalho conjunto do Itamaraty e da Marinha na Comissão de Limites da ONU) somam uma área de 5,7 milhões de km², com vastos recursos pesqueiros, minerais e energéticos, incluindo o pré-Sal.

O Atlântico Sul também faz parte do “entorno estratégico de paz”. Por iniciativa da diplomacia brasileira, a ONU estabeleceu a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Seus objetivos são preservar a região da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e de armas nucleares e de destruição em massa. Não é interesse do Brasil que potências extrarregionais projetem suas rivalidades para o Atlântico, como ocorre no Atlântico Norte, Pacífico e o Mar do Sul da China. Cabe ao Brasil liderar a revitalização da ZOPACAS.

Atlântico Sul, por outro lado, tem sido objeto de crescente prática de ilícitos transnacionais: pirataria, roubo a navios, contrabando, tráfico de drogas, de armas e de pessoas, poluição, sobrepesca em alto mar e entrada de pesqueiros em ZEE (Zona Econômica Exclusiva) por navios de bandeiras extrarregionais. Além disso, há presença militar efetiva de outros continentes e bases navais na costa africana. A preocupação com as crescentes ameaças levou o Brasil a concluir sua missão marítima no Líbano (UNIFIL) para concentrar forças na defesa do Atlântico Sul. Além disso, a Marinha tem cooperado com países africanos para o fortalecimento de suas capacidades de proteção de águas sob a jurisdição destes.

Caberia, ainda, fortalecer a cooperação naval e satelital Brasil-Argentina-Uruguaí, articulando a Amazônia Azul com o Pampa Azul. O monitoramento por meio do SISGAAZ (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul), também é fundamental para que o Brasil tenha informação por satélites e drones dos fluxos e agentes, lícitos e ilícitos, que transitam na vasta região, além de poder prestar auxílio humanitário de busca, resgate e salvamento (Dimensão 22 – SAR).

É crucial a consolidação do programa de submarinos (Prosub), inclusive de propulsão nuclear; a modernização da Marinha de superfície, inclusive com “navios drones” com sistemas autônomos (inteligência artificial) capazes de operar em *swarms*; e a consolidação da capacidade missilística de longo alcance.

O programa espacial e o projeto Grippen são exemplos adicionais do grande êxito da articulação entre defesa e diplomacia.

As tecnologias disruptivas das guerras do século XXI têm subvertido de tal forma a Geografia que caberia não mais falar apenas em geopolítica, senão geotecnopolítica. Mudanças paradigmáticas *game changers* são trazidas pela computação avançada, *big data*, inteligência artificial, robótica, mísseis hipersônicos, biotecnologias e outros. Subverte-se o fator espaço com embates desterritorializados, reduzem-se distância e tempo, criam-se novos teatros de conflito, como o espaço exterior.

É preocupante o fato de que essas tecnologias disruptivas do século XXI permanecem sem regulamentação em um contexto de crescente rivalidade estratégica que gera corrida armamentista pela superioridade tecnológica. Conceitos e mecanismos do tradicionais século XX da regulamentação de armas de destruição em massa – dissuasão, não proliferação, uso dual, verificação, registro de armas e exportações, *end user* – são de difícil aplicabilidade nas novas tecnologias do século XXI.

Na prática, o mundo já enfrenta a Terceira Guerra Mundial: a “guerra cibernética”, não declarada, resultante do uso militar ou malicioso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e da extrema intrusividade tecnológica, que dissipa o conceito de soberania territorial. Essa guerra não gera necessariamente perda de vidas, e seu objetivo não é a conquista ou destruição, mas o domínio do inimigo por meio da aniquilação de sua capacidade de manobra, danos em infraestruturas críticas, manipulação de sistemas, funções e dados.

Capítulo novo, e potencialmente mais disruptivo – mesmo distópico –, é o do sistema de armas autônomas dotadas de inteligência artificial (*Autonomous Weapons Systems*). Armas de natureza distinta, capazes não apenas de emprego sem intervenção de operador humano, mas de rápida evolução por meio de auto-aprendizado e auto-reprogramação. Ao se ultrapassar algum limiar tecnológico – previsto para a presente década –, não haverá mais possibilidade de retorno, e o direito humanitário – ou mesmo comandantes – se tornarão irrelevantes como fatores de controle de seu uso efetivo.

O uso de AWS combinado com a robótica (*bot wars*) traz vantagens: proteção de combatentes em missões de alto risco, processamento mais rápido e eficaz de informações,

menor custo, trabalho em áreas inacessíveis e ambientes inóspitos, execução de tarefas perigosas, maior precisão e efetividade, redução de danos colaterais e erros humanos, pronta resposta, entre outros.

Mas traz riscos: limitada consciência situacional e análise de situações complexas pelos sistemas operacionais, incapacidade de plena avaliação dos princípios de precaução, distinção e proporcionalidade, vulnerabilidade a ataques cibernéticos, ausência de critérios morais ou valores humanos, entre outros.

A articulação entre diplomacia e defesa é fundamental para a regulamentação dessas novas armas de alta tecnologia de forma preventiva, antes de que sejam usadas em escala larga e descontrolada. O Brasil apoia os esforços multilaterais em favor de instrumentos juridicamente vinculantes, além de condutas estatais responsáveis, cooperação internacional e medidas de construção de confiança.

A securitização da agenda ambiental é igualmente preocupante. As Políticas e Estratégias Nacionais de Defesa sublinham a ampliação da demanda por recursos naturais e seu impacto na sustentabilidade global e na degradação do meio ambiente. As mudanças climáticas (antropoceno) podem levar a disputas por fontes de água, alimentos, biodiversidade e energia, gerando ingerências e conflitos sobre espaços soberanos.

O Brasil defende que a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o aproveitamento de recursos naturais e do potencial energético e a incorporação de grandes áreas ao sistema produtivo são aspectos indissociáveis da soberania. A diplomacia brasileira não favorece a securitização da agenda ambiental, mas inscreve o tema na agenda de cooperação e desenvolvimento.

Conclusão e propostas

Nesse ambiente volátil acima descrito de incertezas, violação de regras, conflitos e extremos do século XXI, a estreita articulação entre diplomacia e defesa deve ser aprofundada a fim de fortalecer a soberania e a segurança nacional e reafirmar o papel do Brasil como fator de estabilidade estratégica regional e global. Nessa perspectiva, a título de conclusão, apresentam-se propostas esquemáticas.

- Priorizar a estabilidade da América Latina e o entorno estratégico de paz, cooperação e desenvolvimento por meio da intensificação dos laços com países vizinhos;
- Consolidar uma identidade sul-americana de defesa, dotada de mecanismo institucionalizado;

- Fortalecer a defesa e proteção das fronteiras e do espaço aéreo e marítimo em cooperação com países vizinhos;
- Revitalizar a ZOPACAS;
- Retomar a participação do Brasil em missões de Paz da ONU;
- Regulamentar o uso de novas armas de alta tecnologia de ponta, como as de inteligência artificial, mísseis hipersônicos, sistemas cibernéticos, lasers e espaciais;
- Regulamentar a prestação de assistência humanitária de emergência;
- Fazer análises de risco sobre a situação de cidadãos e empresas brasileiras no exterior;
- Retomar investimentos vultosos no programa espacial brasileiro, inclusive com participação do setor privado;
- Fortalecer a base industrial de defesa brasileira e sua capacidade de exportação;
- Criar uma “DARPA” brasileira, inspirada no modelo da *Defense Advanced Research Projects Agency* norte-americana, para fomentar a tecnologia de ponta na indústria de Defesa nacional;
- Investir em tecnologia de *swarm robotics*, integrada com avanços cibernéticos, para construção de meios aéreos, navais e terrestres de monitoramento e combate; e
- Reduzir drasticamente o desmatamento, a poluição e a dilapidação do patrimônio natural do Brasil, especialmente na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARON, R. **Paz e Guerra entre as nações**. São Paulo: IPRI / UnB, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: 2008, 2012, 2016 e 2020.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996.

CANDEAS, Alessandro. Bicentenário da diplomacia brasileira: tradição e legado para o futuro da diplomacia de defesa e segurança. *In Cadernos de Política Exterior*. Brasília: IPRI, 2022, p. 53-70.

FUNAG. **Estatísticas para o estudo das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2016.

GALBRAITH, J. K. **A era da incerteza**. São Paulo, editora Thomson Pioneira, 1998.

GLOBAL FIREPOWER. **Military Strength Ranking 2025**. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>. Acesso em: 7 fev. 2025.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos. Breve século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUNTINGTON, S. **The Soldier and the State**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

MEARSHEIMER, J. **The tragedy of great power politics**. New York: Norton, 2001.

SIPRI. **Trends in world military expenditure**, 2023. Publicado em abril de 2024. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/202404/2404_fs_milex_2023.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.

